

# Mobilidade de rendimentos no Brasil desde os anos 90: análise a partir de pesquisas domiciliares<sup>1</sup>

Mariangela Furlan Antigo<sup>2</sup>  
Ana Flávia Machado<sup>3</sup>

## Resumo

Este artigo tem por principal objetivo analisar a mobilidade de rendimentos no Brasil, considerando o período anterior e posterior à queda da desigualdade observada no país. A análise é feita por meio do cálculo de indicadores de mobilidade para duas fontes de dados: a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), entre 1993 e 2007, e a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), entre 1992 e 2009, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A utilização de dados *cross section* da PNAD, a partir da formação de grupos homogêneos, possibilitou comparar a mobilidade para o rendimento-hora do trabalho principal e o rendimento de todas as fontes. A análise da mobilidade em um contexto intra-geracional foi possível com os dados individuais da PME. Em vista dos resultados encontrados, percebe-se claramente uma relação entre a mobilidade e a queda da desigualdade. A mobilidade contribui para desconcentração de renda e se persistir, pode levar, no longo prazo, a uma maior equalização dos rendimentos no Brasil.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no IV Congresso da Associação Latino Americana de População, ALAP, realizado em Havana, Cuba de 16 a 19 de Novembro de 2010.

<sup>2</sup> Universidade Federal de Minas Gerais; [maantigo@cedeplar.ufmg.br](mailto:maantigo@cedeplar.ufmg.br)

<sup>3</sup> Universidade Federal de Minas Gerais; [afmachad@cedeplar.ufmg.br](mailto:afmachad@cedeplar.ufmg.br). Agradecemos ao financiamento da FAPEMIG e do CNPq.

## 1 - Introdução

Nos últimos anos, a economia brasileira passou por várias modificações que afetaram a distribuição do rendimento. Plano de estabilização bem sucedido, valorização do salário mínimo, criação de políticas de transferência de renda são alguns exemplos de políticas que melhoraram a distribuição. Um dos melhores resultados nessa primeira década do século XXI é a redução sistemática dos índices de desigualdade, evidenciando redistribuição da renda em um país que, até então, tem se apresentado como um dos mais desiguais do planeta.

Nesse contexto, surgem questões referentes à mobilidade de rendimentos. Foi intensa a mobilidade de rendimentos? Algum grupo demográfico foi beneficiado? Se sim, onde se localizavam na distribuição do rendimento? O objetivo desse trabalho é, portanto, identificar padrões de mobilidade diferenciados (ou não), levando em conta os atributos individuais e do mercado de trabalho. Além disso, pretende-se retratar em que medida a mobilidade observada pode justificar uma maior equalização da renda do Brasil.

Para tanto, recorreremos a duas fontes de dados: a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A essas informações, aplicamos os indicadores de mobilidade tradicionais e os desenvolvidos por Fields e Ok (1996). O principal resultado é a mobilidade ascendente para os situados na base da distribuição, em especial para o rendimento do trabalho.

Assim, o artigo está dividido em seis seções, considerando essa introdução. Na segunda, são relatados os indicadores de mobilidade. Na terceira seção, descrevemos as bases de dados e, nas duas seções subsequentes, os resultados obtidos para a PNAD e para a PME. Na última seção, discutimos os principais achados.

## 2 - Indicadores de mobilidade

A quantificação da variação observada nos rendimentos médios dos indivíduos, derivada por Fields e Ok (1996), denominada mobilidade direcional de rendimentos (*mdr*), é expressa por:

$$mdr(x, y) = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n (\log x_i - \log y_i) \quad (1)$$

Em que  $x_i$  e  $y_i$  representam, respectivamente, o rendimento do indivíduo  $i$  no período final e no inicial. Esta medida combina as perdas e ganhos dos rendimentos ao passo que o efeito das trocas entre os indivíduos é considerado pelo indicador movimento não direcional dos rendimentos (*mndr*), que é definido como segue:

$$mndr(x, y) = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n |\log x_i - \log y_i| \quad (2)$$

A decomposição deste indicador torna possível mensurar o efeito da mobilidade em dois aspectos: efeito distributivo, no qual a mobilidade pode resultar de uma possível alteração na posição dos indivíduos dentro da distribuição de rendimentos e, efeito desempenho econômico, que reflete a relação da mobilidade com períodos de crescimento ou estagnação econômica. Esta é dada por:

$$mndr(x, y) = \underbrace{|mdr(x, y)|}_{(1)} + \underbrace{((mndr) - |mdr(x, y)|)}_{(2)} \quad (3)$$

Em que a primeira parcela é explicada pelo crescimento e a segunda, por possíveis mudanças de posição na distribuição.

Somando-se a estes indicadores, tem-se a análise da dependência temporal e do movimento de participação. A primeira indica quanto os rendimentos presentes estão, ou não, correlacionados com os passados. Para isso, são utilizados os indicadores tradicionais de mobilidade, que indicam imobilidade, mobilidade ascendente e descendente, além das matrizes de mobilidade quantílica, que mostram o movimento ao longo dos quantis da distribuição de rendimentos. Estas matrizes classificam os indivíduos, em cada período, de acordo com quantis, que são, no ano base, a linha da matriz, e, no período final, a coluna da mesma.

O movimento de participação (mpr), por sua vez, permite mensurar a participação de cada indivíduo em relação à média dos rendimentos totais sendo calculado como segue:

$$mpr(x, y) = \frac{\sum_{i=1}^n \left| \frac{x_i}{\bar{x}} - \frac{y_i}{\bar{y}} \right|}{n} \quad (4)$$

em que  $\bar{x}$  e  $\bar{y}$  representam, respectivamente, a média dos rendimentos totais no período final e no período inicial e n, o total de indivíduos da amostra.

Por fim, uma ênfase no papel da mobilidade como instrumento equalizador de rendimentos de longo prazo é considerada. Os índices de Fields (2005), Chakravarty, Dutta e Weimark (1985) e Shorrocks (1978) podem ser considerados. Contudo, quando o objetivo é medir as consequências de bem estar da mobilidade de renda relativa, o índice de Fields (2005) é o mais adequado. Este índice compara o bem estar entre a distribuição de renda atual e a distribuição no ano base, e, não relativa a um caminho hipotético como o fazem os outros autores supracitados.

No índice de Fields, a mobilidade em direção à equalização depende da relação entre a desigualdade da renda média e a desigualdade de renda inicial. Se a renda média é distribuída mais (ou menos) igualmente que a renda inicial, a mobilidade tende a equalizar (ou desequalizar) a renda de longo prazo relativa à renda de referência. O índice é expresso por:

$$E \equiv 1 - (I(a) / I(y, 1)) \quad (5)$$

Em que  $a$  é o vetor de rendimentos médios,  $y, 1$  é o vetor de rendimentos no ano base e  $I(.)$  é a medida de desigualdade. Quando os rendimentos são distribuídos, ao longo do tempo, mais desigualmente com relação ao período base,  $E < 0$ , e, quando são distribuídos mais igualmente,  $E > 0$ .

### 3 – Fontes de dados

A PNAD é uma pesquisa caracterizada por dados em *cross section* que representam um ponto no tempo e, assim, as informações não permitem o acompanhamento das mesmas pessoas em uma série temporal. As principais vantagens desta fonte com relação a PME são a sua maior abrangência temporal e geográfica e o fato de esta considerar outros rendimentos, além dos rendimentos do trabalho. Enquanto o rendimento-hora do trabalho principal contribui para a análise do comportamento do mercado de trabalho, o rendimento de todas as fontes torna possível relacionar o papel das transferências de renda - públicas e privadas - e do mercado de ativos na mobilidade.

Além disso, dado o seu horizonte temporal e geográfico, pode-se inferir sobre uma possível relação entre a mobilidade e a desigualdade de rendimentos brasileira. Para isso, considera-se o período entre 1993 e 2007. Esta delimitação é importante, posto que a economia brasileira foi marcada por estabilização econômica, mudanças técnicas e organizacionais que afetaram as relações de trabalho, além de uma queda expressiva dos indicadores de desigualdade de renda no início deste século.

Por outro lado, a PME se destaca por ser uma pesquisa organizada em forma longitudinal, ainda que sob a forma de painel rotativo. As informações individuais reportadas na PME permitem mensurar a mobilidade em um contexto intrageracional. Contudo, esta pesquisa apresenta uma quebra temporal em 2002, quando o IBGE mudou a metodologia, em especial, o conceito de trabalho. Desta forma, a mobilidade é mensurada nos intervalos de 1992 a 2002 e 2002 a 2009 e nas seis regiões metropolitanas – Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre – que compõem a pesquisa. O painel rotativo permite acompanhar os domicílios durante quatro meses consecutivos e, após um intervalo de oito meses, eles voltam a serem investigados por mais quatro meses, quando são definitivamente excluídos da amostra. Este esquema de rotação garante o caráter longitudinal da pesquisa.

#### **4 - Mobilidade de rendimentos a partir de grupos homogêneos**

Dada a natureza de organização dos dados em *cross section* da PNAD, tornou-se necessária a construção de grupos homogêneos que foram acompanhados, a cada dois anos, no período de 1993 a 2007. A formação dos grupos foi realizada com base no ano de nascimento, sexo, escolaridade e raça<sup>4</sup>. Foram considerados, para tanto, indivíduos ocupados que moram em áreas urbanas e foram excluídos da amostra os pensionistas, empregado doméstico e parente do empregado doméstico residentes no domicílio. O quadro a seguir ilustra os grupos considerados, baseado no ano de nascimento, em que são incluídos aqueles que apresentam observações em pelo menos dois pontos do tempo.

---

<sup>4</sup> A única variável que pode apresentar alteração caso o indivíduo decida combinar estudo e inserção no mercado de trabalho é a escolaridade. Contudo, apenas cinco por cento da população com 26 anos ou mais de idade estão frequentando a escola acima desta faixa etária em 2007.

Quadro 01 – Formação dos grupos homogêneos - ano de nascimento

Nascidos Em:	Idade em:							
	1993	1995	1997	1999	2001	2003	2005	2007
1932-1935	58-61	60-63	62-65					
1936-1939	54-57	56-59	58-61	60-63	62-65			
1940-1943	50-53	52-55	54-57	56-59	58-61	60-63	62-65	
1944-1947	46-49	48-51	50-53	52-55	54-57	56-59	58-61	60-63
1948-1951	42-45	44-47	46-49	48-51	50-53	52-55	54-57	56-59
1952-1955	38-41	40-43	42-45	44-47	46-49	48-51	50-53	52-55
1956-1959	34-37	36-39	38-41	40-43	42-45	44-47	46-49	48-51
1960-1963	30-33	32-35	34-37	36-39	38-41	40-43	42-45	44-47
1964-1967	26-29	28-31	30-33	32-35	34-37	36-39	38-41	40-43
1968-1971			26-29	28-31	30-33	32-35	34-37	36-39
1972-1975					26-29	28-31	30-33	32-35
1976-1979							26-29	28-31

Fonte: Elaboração própria

Além do ano de nascimento, a composição dos grupos homogêneos é formada por:

- Sexo (2): homens e mulheres;
- Raça/Cor (2): brancos e não brancos<sup>5</sup>;
- Escolaridade (6): 0 anos de estudo (analfabetos), 1 a 3 anos de estudo (primário incompleto), 4 a 7 anos de estudo (primário completo/fundamental incompleto), 8 a 10 anos de estudo (fundamental completo/médio incompleto), 11 anos de estudo (médio completo) e 12 a 15 anos de estudo (superior incompleto/completo).

A partir da combinação dessas variáveis, totalizam-se 288 grupos homogêneos. Como exemplo de um grupo homogêneo tem-se: homens, brancos, nascidos entre 1932 e 1935, com 0 anos de estudo. Foi realizada a imputação de valores para as observações *missing* das variáveis de rendimentos<sup>6</sup> e escolaridade<sup>7</sup>. Com base na composição dos grupos homogêneos e considerando tanto o rendimento-hora do trabalho principal quanto o rendimento de todas as fontes, busca-se captar trajetórias diferenciadas de mobilidade para cada tipo de rendimento.

A influência dos rendimentos não oriundos do trabalho no comportamento da mobilidade é possível por meio do rendimento de todas as fontes. As transferências públicas e privadas e o rendimento de ativos podem ser refletidos neste. Esta análise torna-se importante na medida em que a partir de 2001 houve uma considerável expansão das transferências governamentais, tanto do programa de Benefício de Prestação Continuada quanto do Bolsa

<sup>5</sup> Entende-se por brancos – brancos e amarelos – e não brancos – pretos, pardos e indígenas. Esta dicotomia foi considerada pela falta de representatividade na amostra quando se separam pretos de pardos.

<sup>6</sup> A variável de rendimentos considerada, tanto para o trabalho principal quanto para todas as fontes, foi deflacionada pelo deflator para rendimentos da PNAD proposto por Corseuil e Foguel (2002).

<sup>7</sup> No caso da variável escolaridade, foram imputados valores para chefes de família ou cônjuges pelo grupo de anos de estudo dos cônjuges ou dos chefes de família, respectivamente, dada a suposição de que haja seleção de casais pelo nível de escolaridade. E, para os filhos, a imputação foi feita pela vizinhança considerando a área censitária de residência e idade dos indivíduos. Foram imputados 0.27 % do total da amostra para os dois tipos de rendimentos (50,31% das observações *missing* do rendimento-hora do trabalho principal e 50,35% do rendimento de todas as fontes). Um teste de médias foi realizado para verificar se as médias das duas amostras, com imputação e sem imputação, são diferentes. O teste mostrou que as médias são iguais para os dois bancos de dados de forma que este exercício não apresenta problemas em ser considerado. E, no caso do rendimento, a imputação foi realizada pela média ponderada de rendimentos, controlada por grupo homogêneo e ano. Para o rendimento-hora do trabalho principal foram imputados 1.82% do total da amostra e, para o rendimento de todas as fontes, um percentual de 1.55 (99,85% das observações *missing* de ambos os rendimentos).

Família, focalizados na população carente. O rendimento de ativos tende a apresentar um elevado grau de subestimação na PNAD. No entanto, Machado e Ribas (2008) mostram que, dentre as outras rendas recebidas pelos domicílios, predominam, entre os mais pobres, rendas oriundas de programas de transferências e doações; e, entre os mais ricos, remunerações provenientes de aluguéis e juros.

Com esta análise, torna-se possível avaliar se os indivíduos mais pobres tiveram sua situação na distribuição de rendimentos melhorada por uma possível mobilidade de rendimentos associada aos programas de transferência de renda governamental. Em adição, pode-se verificar o papel dos juros na mobilidade para aqueles situados no topo da distribuição. A remuneração dos juros ganha destaque neste período por se apresentar em patamares substanciais e atingir, principalmente, aqueles que detêm maior riqueza empregada em ativos financeiros.

Assim, à luz dos resultados obtidos, pode-se constatar se uma possível mobilidade ascendente no Brasil é associada ao comportamento da renda do trabalho e/ou ao papel das transferências governamentais.

#### 4.1 - Rendimento do trabalho principal

A composição dos grupos homogêneos, segundo seus atributos – sexo, cor, faixa etária e escolaridade – no período compreendido na análise (1993 a 2007), mostra que homens e brancos apresentam uma pequena redução na participação dos grupos no período. Um aumento na proporção de indivíduos com 8 anos ou mais de estudo é observada, principalmente, para aqueles com ensino médio completo. Ainda, relativo ao ano de nascimento, a amostra apresenta uma maior participação para nascidos nos períodos mais recentes, algo esperado, dado que a saída do mercado de trabalho para as coortes mais velhas é um processo natural, sobretudo, pela aposentadoria.

Os indicadores de mobilidade são retratados a seguir. A análise se inicia com a mudança observada no rendimento-hora do trabalho principal tanto pela mobilidade direcional, variação e magnitude, quanto pela mobilidade não direcional mostrados na TAB. 1. O indicador de mobilidade direcional é de 0,1187 para o período como um todo. Em grande parte, este resultado pode ser explicado pela recuperação dos ganhos a partir de 2003, depois da reversão sofrida pelos rendimentos, iniciada em 1997.

Tabela 1 – Mobilidade Direcional e Não Direcional do Rendimento-Hora do Trabalho Principal, Brasil, 1993-2007

<b>Período</b>	<b>Mobilidade Direcional dos Rendimentos</b>	<b>Mobilidade Não Direcional dos Rendimentos</b>
1993-1995	0,0998	0,1050
1995-1997	0,0071	0,0488
1997-1999	-0,0304	0,0493
1999-2001	-0,0078	0,0439
2001-2003	-0,0302	0,0561
2003-2005	0,0235	0,0591
2005-2007	0,0644	0,0805
1993-1999	0,0771	0,0905
2001-2007	0,0562	0,0730
1993-2007	0,1187	0,1262

Fonte: PNAD, 1993, 1995, 1997, 1999, 2001, 2003, 2005 e 2007

Considerando o movimento não direcional, o maior destaque são as variações observadas no primeiro e no último triênio na ordem de 0,1050 e 0,0805, respectivamente. No período como um todo, notamos que o indicador é de 0,1262. Este resultado está próximo ao obtido por Buchinsky *et al* (2003) para a França. Os autores mostram coeficientes que variam de 0,19 para 0,11 (de 1967 a 1999), em intervalos a cada dois anos.

Como apontado por Fields e Ok (1996), pela decomposição da mobilidade não direcional dos rendimentos é possível verificar se a mobilidade é devido às condições macroeconômicas, efeito desempenho econômico, e/ou ao efeito distributivo, no qual ela resulta apenas da troca de posição dos indivíduos dentro da distribuição de rendimentos. Os resultados são ilustrados na TAB. 2.

Tabela 2 – Efeito desempenho econômico e efeito distributivo do Rendimento-Hora do Trabalho Principal, Brasil, 1993-2007

<b>Período</b>	<b>Efeito desempenho</b>	<b>Efeito distributivo</b>
1993-1995	0,0998	0,0052
1995-1997	0,0071	0,0417
1997-1999	0,0304	0,0188
1999-2001	0,0078	0,0360
2001-2003	0,0302	0,0259
2003-2005	0,0235	0,0356
2005-2007	0,0644	0,0161
1993-1999	0,0771	0,0134
2001-2007	0,0562	0,0168
1993-2007	0,1187	0,0075

Fonte: PNAD, 1993, 1995, 1997, 1999, 2001, 2003, 2005 e 2007

Os efeitos apresentam um padrão não acentuado, mantido nos triênios, alterando de forma expressiva seu valor a cada período. Entretanto, ao se considerar os sub-períodos maiores, observamos que é o efeito desempenho que prevalece para ambos, 85% (0,0771/0,0905) e 77% (0,0562/0,0730), respectivamente. Certamente, a redução do efeito desempenho se deve à maior participação do efeito distributivo entre 2001 e 2007.

Partindo-se do fato de que o efeito distributivo expressa apenas uma transferência de rendimentos entre os indivíduos, mantendo-se constante o rendimento total, e o efeito crescimento revela uma mudança no rendimento total disponível, torna-se necessário mensurar em que medida estes efeitos ocorreram. Com a análise das direções de mobilidade e da matriz de transição, espera-se identificar a proporção de grupos mais beneficiados ou não por este movimento. Mostra-se, assim, na próxima tabela, o comportamento da mobilidade ascendente e descendente e da ausência de mobilidade para o rendimento do trabalho principal.

Tabela 3 – Imobilidade, Mobilidade Ascendente e Descendente do Rendimento-Hora do Trabalho Principal, Brasil, 1993-2007

<b>Período</b>	<b>Imobilidade (%)</b>	<b>Mobilidade Ascendente (%)</b>	<b>Mobilidade Descendente (%)</b>
1993-1995	64,65	17,17	18,18
1995-1997	67,19	15,63	17,19
1997-1999	66,17	17,41	16,42
1999-2001	69,50	15,50	15,00
2001-2003	59,24	19,43	21,33
2003-2005	55,50	23,44	21,05
2005-2007	55,81	21,86	22,33
1993-1999	55,93	22,03	22,03
2001-2007	55,21	19,27	25,52
1993-2007	52,78	20,83	26,39

Fonte: PNAD, 1993, 1995, 1997, 1999, 2001, 2003, 2005 e 2007

Os sub-períodos menores evidenciam que a imobilidade é maior até o ano de 2001, quando esta começa a diminuir. Nos dois sub-períodos maiores, a imobilidade é de cerca de 55% e de 52,78% no período como um todo. Entre 1993 e 1999, as mobilidades ascendente e descendente são iguais. Entretanto, no sub-período seguinte e no período como um todo, a descendente prevalece sobre a ascendente.

Contudo, este resultado não permite inferir quais grupos foram mais atingidos. Para isso, deve-se considerar o comportamento da mobilidade ao longo da distribuição de rendimentos, o qual pode revelar impacto diferenciado para os indivíduos situados no topo e na base da distribuição. A matriz de transição torna possível esta análise por considerar a mobilidade relativa dos grupos homogêneos de acordo com os decis da distribuição. A TAB.4 mostra a distribuição das frequências da matriz de transição para o rendimento-hora do trabalho principal de 1993-2007.

Pode-se observar que embora a ausência de mobilidade tenha sido compensada tanto pela mobilidade ascendente quanto pela descendente, este movimento expressa uma melhora relativa de bem estar. Esta melhora é fruto de um movimento ascendente mais sentido por aqueles localizados na base em relação ao topo, ao mesmo tempo em que se nota um movimento desfavorável para aqueles situados no topo. Este efeito favorável aos mais pobres é corroborado pelo indicador de equalização dos rendimentos no Longo Prazo (TAB.05).

Tabela 4 – Distribuição das frequências da matriz de transição: rendimento-hora do trabalho principal, Brasil, 1993-2007

	2007										
	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º	
1993	1º	5.56	1.39	1.39	0.0	0.69	0.69	0.0	0.0	0.0	0.0
	2º	2.78	4.86	2.08	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
	3º	1.39	2.78	4.17	0.69	0.69	0.69	0.0	0.0	0.0	0.0
	4º	0.0	0.69	1.39	4.86	2.08	0.69	0.0	0.0	0.0	0.0
	5º	0.0	0.0	1.39	3.47	4.17	1.39	0.0	0.0	0.0	0.0
	6º	0.0	0.0	0.0	0.69	2.78	4.17	1.39	0.69	0.0	0.0
	7º	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	2.08	6.94	1.39	0.0	0.0
	8º	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	2.08	4.17	3.47	0.0
	9º	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	3.47	5.56	1.39
	10º	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	1.39	8.33

Fonte: PNAD, 1993 e 2007



Tabela 5 – Indicador de Equalização do Rendimento-Hora do Trabalho Principal no Longo Prazo, Brasil, 1993-2007

Período	Medidas de Desigualdade		
	Coefficiente de Variação	Índice de Gini	Índice de Theil
1993-1995	-0,0010	0,0037	0,0036
1995-1997	0,0370	0,0119	0,0393
1997-1999	0,0027	-0,0030	-0,0043
1999-2001	-0,0164	-0,0052	-0,0168
2001-2003	-0,0135	0,0034	-0,0058
2003-2005	0,0359	0,0130	0,0393
2005-2007	0,0473	0,0427	0,0836
1993-1999	0,0008	-0,0042	-0,0082
2001-2007	0,0445	0,0478	0,0868
1993-2007	0,0233	0,0354	0,0573

Fonte: PNAD, 1993, 1995, 1997, 1999, 2001, 2003, 2005 e 2007

A equalização observada no período é próxima à observada para os Estados Unidos, conforme Fields (2005). O autor encontra uma variação deste indicador de 0.008 para 0.004 no período de 1970-1995, considerando intervalos a cada cinco anos e o índice de Gini como medida de desigualdade. E, comparando-se ao caso francês, a equalização dos rendimentos para o Brasil é mais acentuada. Buchinsky *et al* (2003), apontam uma variação deste indicador de 0.04 para 0.021, com o uso do índice de Theil.

Em relação aos indicadores reportados acima, pelas três medidas de desigualdade, há um ganho de bem-estar para os mais pobres e uma perda para os mais ricos no período como um todo. O nível registrado pelo “Equalizador” medido pelo índice de Theil reitera essa evidência, uma vez que tal indicador atribui maior peso aqueles situados na base da pirâmide. Entretanto, entre 1993 e 1999, ocorre desqualização dos rendimentos, algo já evidenciado pelos demais indicadores, ou seja, a mobilidade não caminhou no sentido de uma melhora na distribuição de rendimentos. Por outro lado, a equalização no período de 2001 a 2007 foi de tal magnitude que mais do que compensou o comportamento negativo do sub-período anterior, tornando o índice positivo para o período como um todo.

Os resultados seguem os achados de Soares *et al* (2007), no qual mudanças nos níveis de renda do trabalho apresentam um papel importante referente à melhora na distribuição de renda no Brasil e de Barros *et al* (2006), quando considerada a queda recente da desigualdade de rendimentos. De forma geral, os indicadores apresentados ressaltam a importância do rendimento-hora do trabalho principal. Além do comportamento positivo da mobilidade para aqueles inseridos na base da distribuição, fica evidente o seu efeito sobre a desigualdade de rendimentos, sobretudo, a partir de 2001.

#### 4.2 - Rendimento de todas as fontes

Os grupos homogêneos apresentam uma evolução semelhante em relação à observada para o outro rendimento. Uma redução percentual é observada para homens e brancos de 1993 a 2007, e, para indivíduos menos escolarizados (7 anos ou menos de estudo). Por outro lado, dentre os mais escolarizados, um acentuado aumento é destaque para aqueles com ensino médio completo. Somando-se a isso, como no caso anterior, coortes mais novas apresentam maiores proporções do que as mais antigas.

De forma geral e menos acentuada, os indicadores de mobilidade para o rendimento de todas as fontes, mostrados a seguir, seguem o mesmo comportamento observado para o rendimento do trabalho principal. A mobilidade direcional e não direcional de rendimentos retratadas abaixo exemplificam este padrão.

Tabela 6 – Mobilidade Direcional e Não Direcional do Rendimento de Todas as Fontes, Brasil, 1993-2007

<b>Período</b>	<b>Mobilidade Direcional dos Rendimentos</b>	<b>Mobilidade Não Direcional Dos Rendimentos</b>
1993-1995	0,0970	0,0997
1995-1997	0,0068	0,0375
1997-1999	-0,0268	0,0412
1999-2001	-0,0056	0,0327
2001-2003	-0,0378	0,0472
2003-2005	0,0302	0,0440
2005-2007	0,0503	0,0566
1993-1999	0,0775	0,0829
2001-2007	0,0388	0,0562
1993-2007	0,1004	0,1073

Fonte: PNAD, 1993, 1995, 1997, 1999, 2001, 2003, 2005 e 2007

Ao decompor a mobilidade não direcional em efeitos desempenho econômico e distributivo (TAB. 07), ambos apresentam menor patamar do que o observado para o trabalho principal.

Tabela 7 – Efeito desempenho econômico e efeito distributivo do Rendimento de Todas as Fontes, Brasil, 1993-2007

<b>Período</b>	<b>Efeito desempenho</b>	<b>Efeito distributivo</b>
1993-1995	0,0970	0,0027
1995-1997	0,0068	0,0307
1997-1999	0,0268	0,0144
1999-2001	0,0056	0,0272
2001-2003	0,0378	0,0093
2003-2005	0,0302	0,0139
2005-2007	0,0503	0,0063
1993-1999	0,0775	0,0054
2001-2007	0,0388	0,0173
1993-2007	0,1004	0,0069

Fonte: PNAD, 1993, 1995, 1997, 1999, 2001, 2003, 2005 e 2007

Atinente às demais medidas de mobilidade, encontra-se uma ausência de mobilidade mais expressiva, principalmente para o sub-período 2001-2007 em que ela atinge um patamar de 67,71% (TAB. 8).

Tabela 8 – Imobilidade, Mobilidade Ascendente e Descendente do Rendimento de Todas as Fontes, Brasil, 1993-2006

Período	Imobilidade (%)	Mobilidade	
		Ascendente (%)	Descendente (%)
1993-1995	66,16	16,67	17,17
1995-1997	69,07	15,46	15,46
1997-1999	71,43	14,29	14,29
1999-2001	66,34	16,83	16,83
2001-2003	73,93	13,27	12,80
2003-2005	73,33	13,33	13,33
2005-2007	67,59	15,74	16,67
1993-1999	58,10	20,67	21,23
2001-2007	67,71	16,67	15,62
1993-2007	56,25	21,53	22,22

Fonte: PNAD, 1993, 1995, 1997, 1999, 2001, 2003, 2005 e 2007

Por fim, a tabela que segue retrata o comportamento da mobilidade como equalizadora dos rendimentos de longo prazo. Ainda que este indicador mostre uma tendência equalizadora dos rendimentos entre 2001-2007 e 1993-2007, esta é bem menos expressiva do que a observada para o rendimento-hora do trabalho principal. Este resultado vai de encontro aos achados anteriores quanto à menor mobilidade para este rendimento.

Tabela 9 – Indicador de Equalização do Rendimento de Todas as Fontes, no Longo Prazo, Brasil, 1993-2007

Período	Medidas de Desigualdade		
	Coefficiente de Variação	Coefficiente de Gini	Índice de Theil
1993-1995	0,0119	0,0065	0,0165
1995-1997	0,0260	0,0059	0,0238
1997-1999	-0,0093	-0,0041	-0,0118
1999-2001	-0,0137	-0,0038	-0,0132
2001-2003	0,0077	0,0060	0,0128
2003-2005	-0,0009	0,0054	0,0053
2005-2007	0,0177	0,0214	0,0380
1993-1999	0,0078	0,0000	0,0042
2001-2007	0,0169	0,0265	0,0430
1993-2007	0,0103	0,0187	0,0293

Fonte: PNAD, 1993, 1995, 1997, 1999, 2001, 2003, 2005 e 2007

## 5 - Mobilidade de rendimentos a partir de dados individuais

O objetivo desta seção é realizar uma análise dos indicadores de mobilidade tanto no nível inter quanto intra-geracional, por meio dos dados individuais da PME. A análise é centrada nas seis regiões metropolitanas que constituem a pesquisa e é subdividida em dois períodos, 1992-2001 e 2002-2009. Para tanto, formam a amostra os trabalhadores, com idade entre 26 e 65 anos, que apresentaram rendimento-hora<sup>8</sup> do trabalho positivo na 1ª e na 5ª quinta entrevista e aqueles que, na primeira entrevista, estavam desempregados e inativos, mas que tiveram renda do trabalho positiva na quinta entrevista. Para o primeiro sub-período, a análise

<sup>8</sup> A variável de rendimentos foi deflacionada pelo deflator para rendimentos da PME proposto por Corseuil e Foguel (2002).

é realizada considerando biênios<sup>9</sup>, onde o primeiro período corresponde à 1ª entrevista e o segundo à 5ª entrevista.

Ainda, com o objetivo de mensurar o efeito de características do mercado de trabalho sobre a mobilidade, consideram-se as seguintes variáveis: posição na ocupação em que o trabalhador se encontra: o setor formal é definido pelo indivíduo com carteira de trabalho assinada, empregador, servidor público e profissional liberal e, o setor informal fica, assim, composto pelo trabalhador sem carteira de trabalho assinada e pelo trabalhador conta própria sem os profissionais liberais; e, jornada de trabalho: integral e parcial, sendo a integral formada por mais de 30 horas de trabalho semanal.

### 5.1 - Período de 1992-2001

A amostra conta com maioria de homens e chefes de domicílio, que tem sua proporção reduzida ao longo do período. Houve um aumento da proporção de trabalhadores mais escolarizados (com 11 anos ou mais de estudo) e uma redução mais significativa daqueles com até 3 anos de estudo. Quanto às características do mercado de trabalho, predominam aqueles inseridos no setor formal e com jornada de trabalho integral e residentes nas RM's de São Paulo e Belo Horizonte.

Os indicadores de mobilidade, em termos totais, para o Brasil Metropolitano de 1992 a 2001 são retratados na tabela a seguir. Dela apreendem-se os indicadores de mobilidade direcional, não direcional – o qual é decomposto em efeito desempenho e distributivo – e o movimento de participação.

Tabela 10 – Indicadores de mobilidade: rendimento-hora do trabalho principal, Brasil, 1992-2001

	1992-1993	1994-1995	1996-1997	1998-1999	2000-2001
Mobilidade direcional	0.0234	0.2115	0.0977	0.0514	0.1079
Mobilidade não direcional	0.5420	0.5765	0.4936	0.4900	0.4908
Efeito desempenho	0.0234	0.2115	0.0977	0.0514	0.1079
Efeito distributivo	0.5186	0.3650	0.3959	0.4387	0.3830
Movimento de participação	0.5561	0.5480	0.4391	0.4445	0.4438

Fonte: PME, 1992 a 2001

Uma variação positiva mais significativa dos ganhos médios individuais ocorre apenas no período de 1994-1995 como mostra o indicador de mobilidade direcional. A recuperação dos rendimentos observada neste período pode ser atribuída ao sucesso do Plano Real no combate à inflação, com expressivo aumento da renda real dos trabalhadores. Os resultados ínfimos observados a partir deste período podem ter origem em fatores conjunturais que atingiram a economia brasileira. A ocorrência das crises asiática e russa, em 1997 e 1998, respectivamente, e a crise cambial brasileira, em 1999, afetaram diretamente os rendimentos dos trabalhadores brasileiros no período. A maior variação negativa dos rendimentos médios individuais é registrada em 1998-1999 ficando, assim, evidente o impacto das crises, internacionais e brasileira, na renda dos trabalhadores.

A mobilidade não direcional também é mais expressiva no biênio 1994-1995, quando passa a apresentar tendência decrescente. Os fatores conjunturais que interferiram na economia brasileira ao longo do período são evidenciados pela decomposição deste indicador nos

<sup>9</sup> Aa PME antiga o processo de rotação do painel leva à substituição de 100% da amostra a cada par de anos enquanto na nova PME a cada ano, metade da amostra é sempre comum.

efeitos desempenho e distributivo. O de desempenho, dado pelo módulo do indicador de mobilidade direcional, tem seu maior patamar no período 1994-1995, acompanhado pelo período de 2000-2001. Nestes dois biênios, o efeito distributivo atinge seus menores valores. Os resultados vão de encontro aos apontados por Nascimento e Souza (2005) para o Brasil Metropolitano, no período de 1984 a 2001.

O movimento de participação apresenta tendência decrescente no período, com recuperação a partir de 1998-1999. Em 1992-1993, a participação individual aumenta em 0,56 enquanto em 1996-1997 atinge seu menor patamar, com um nível de 0,44. Este indicador encontra-se em patamar mais elevado do que os EUA e a França como reportam Fields *et al* (2000) e Buchinsky *et al* (2003), para os EUA (entre 1970 e 1995) e para a França (a partir de 1978), respectivamente.

De forma geral, podemos perceber que a mobilidade de rendimentos pode ser sentida em todo o período, ainda que com tendência decrescente ao longo do tempo, voltando a ampliar no último biênio. Pelo efeito distributivo e pelo movimento de participação, podemos notar que houve uma troca dos indivíduos na distribuição, mas não se pode dizer quem foi mais ou menos beneficiado. Para isso, faz-se necessário analisar mais indicadores. As direções de mobilidade, mobilidade ascendente, imobilidade e mobilidade descendente, e matrizes de transição elucidam este comportamento. Segue-se, assim, com os resultados das direções da mobilidade de 1992-2001 na tabela a seguir.

Tabela 11 – Mobilidade Ascendente, Imobilidade e Mobilidade Descendente: rendimento-hora do trabalho principal, Brasil, 1992-2001

Ano	Mobilidade Ascendente (%)	Imobilidade (%)	Mobilidade Descendente (%)
1992-1993	28.21	35.17	36.62
1994-1995	26.42	40.04	33.54
1996-1997	24.70	46.52	28.79
1998-1999	24.83	46.22	28.95
2000-2001	24.24	46.60	29.17

Fonte: PME, 1992-2001

A imobilidade aumenta ao longo do período. A mobilidade ascendente registrada é menor do que a descendente para todo o período. Para os dois últimos biênios, as direções de mobilidade praticamente se mantêm. A distribuição das frequências das matrizes de transição, retratadas a seguir, mostram que a menor imobilidade nos dois primeiros biênios age no sentido de uma maior equalização dos rendimentos individuais. Nestes dois períodos, com destaque para o primeiro, a mobilidade ascendente é mais expressiva. Ao mesmo tempo, os 20% mais ricos concentram a maior mobilidade descendente. A partir de 1996, os 20% mais ricos registram um aumento da imobilidade.

Tabela 12 - Distribuição das frequências da matriz de transição: rendimento-hora do trabalho principal, Brasil Metropolitano, 1992-2001

1992-1993							1994-1995						
		5º entrevista							5º entrevista				
		1º	2º	3º	4º	5º			1º	2º	3º	4º	5º
1º entrevista	1º	8.72	4.49	3.08	2.36	1.35	1º entrevista	1º	9.16	4.76	3.14	2.00	0.94
	2º	6.84	6.28	4.00	1.95	0.94		2º	7.12	6.58	4.01	1.82	0.47
	3º	2.70	5.25	5.85	4.50	1.70		3º	2.69	5.71	6.25	4.25	1.10
	4º	1.20	2.95	4.92	6.40	4.53		4º	0.84	2.49	5.26	7.58	3.83
	5º	0.53	1.03	2.17	4.80	11.48		5º	0.20	0.45	1.34	4.35	13.66

  

1996-1997							1998-1999						
		5º entrevista							5º entrevista				
		1º	2º	3º	4º	5º			1º	2º	3º	4º	5º
1º entrevista	1º	10.48	4.61	2.49	1.59	0.83	1º entrevista	1º	10.16	4.64	2.68	1.72	0.79
	2º	6.45	7.96	3.83	1.50	0.27		2º	6.62	8.13	3.68	1.26	0.31
	3º	2.12	5.16	7.94	3.94	0.84		3º	2.22	4.99	8.04	3.99	0.77
	4º	0.81	1.82	4.72	9.28	3.37		4º	0.81	1.89	4.54	9.57	3.20
	5º	0.13	0.45	1.02	3.70	14.70		5º	0.19	0.35	1.06	3.47	14.93

  

2000-2001						
		5º entrevista				
		1º	2º	3º	4º	5º
1º entrevista	1º	10.02	4.45	2.93	1.66	0.95
	2º	6.81	8.04	3.50	1.34	0.31
	3º	2.16	5.40	7.72	3.81	0.91
	4º	0.84	1.75	4.80	9.40	3.21
	5º	0.18	0.37	1.05	3.79	14.62

Fonte: PME, 1992-2001

Os indicadores desagregados pelas características individuais e do mercado de trabalho registram as mesmas tendências observadas para os indicadores em termos totais<sup>10</sup>. Eles não se diferenciam para sexo e posição no domicílio. Sem controlar por outros fatores, o nível de escolaridade dos indivíduos pode justificar uma maior mobilidade para aqueles com menor nível de instrução. Os rendimentos daqueles com 12 anos ou mais de estudo respondem, de forma geral, de forma mais expressiva ao comportamento conjuntural do que os demais. Um padrão homogêneo não é evidente ao se considerar o efeito distributivo. O efeito distributivo dos menos escolarizados é bem próximo dos achados para os mais escolarizados. Entretanto, pelo movimento de participação, os menos escolarizados apresentam indicadores mais elevados.

O padrão U-invertido observado para a participação no mercado de trabalho é refletido na remuneração dos trabalhadores. Com o tempo, o aumento da experiência e da escolaridade tende a se traduzir em maiores rendimentos, acarretando, assim, maior mobilidade. A maior mobilidade para as gerações mais jovens pode ser justificada pelo maior nível educacional destas em relação às coortes mais antigas. O efeito da mudança composicional educacional para as gerações mais jovens pode explicar, assim, a melhora na distribuição de rendimentos destas gerações em detrimento das demais. A elevada mobilidade para as coortes mais novas é confirmada por autores como Gutierrez (2004) para a Argentina, Nascimento e Souza (2005) para o Brasil e, ainda, por Finnie (1997) para o Canadá, Bigard *et al* (1998) para o caso francês e italiano e Wodon (2001) para a Argentina e México.

Quando levamos em conta características referentes ao mercado de trabalho, pelo movimento de participação, os resultados destacam aqueles pertencentes ao setor informal e que apresentam jornada de trabalho parcial. Mas, o aumento no rendimento médio destes

<sup>10</sup> Os resultados para os indicadores de mobilidade intra geracional estão disponíveis para quem os solicitar.

indivíduos é proveniente de fatores conjunturais e não de uma melhora distributiva. Por fim, aqueles residentes nas RM's de Recife, Salvador e Belo Horizonte registram indicadores mais acentuados para o efeito distributivo e movimento de participação.

## 5.2 - Período de 2002-2009

A amostra é composta por uma maioria de homens, brancos<sup>11</sup> e chefes de domicílio, com redução na proporção de 2002 a 2009. Indivíduos com 4 a 7 anos de estudo e com 11 anos completos de estudo são a maioria. Quanto às características relativas ao mercado de trabalho, predominam indivíduos no setor formal, com jornada de trabalho integral (acima de 30 horas) e que contribuem para a previdência. Ainda, residentes nas regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro constituem maior parte da amostra. Os indicadores de mobilidade direcional e não direcional, decomponível em efeito desempenho e distributivo, e do movimento de participação são apresentados na TAB.13, para o Brasil Metropolitano de 2002 a 2009.

Tabela 13 – Indicadores de mobilidade: rendimento-hora do trabalho principal, Brasil, 2002-2009

	2002-03	2003-04	2004-05	2005-06	2006-07	2007-08	2008-09
Mobilidade direcional	-0.0715	0.0128	0.0382	0.0541	0.0538	0.0419	0.0283
Mobilidade não direcional	0.4222	0.3548	0.3372	0.3326	0.3133	0.3196	0.3202
Efeito desempenho	0.0715	0.0128	0.0382	0.0541	0.0538	0.0419	0.0283
Efeito distributivo	0.3507	0.3420	0.2990	0.2785	0.2595	0.2777	0.2920
Movimento de participação	0.4940	0.4291	0.4200	0.4037	0.3902	0.3978	0.4042

Fonte: PME, 2002 a 2009

A mobilidade direcional se mantém bem menos expressiva do que a mobilidade não direcional ao longo do período. E, pela decomposição da mobilidade não direcional, fica evidente a origem da mobilidade, dado a maior expressão do efeito distributivo. Este comportamento é confirmado pelo movimento de participação, que ganha destaque pela sua maior magnitude entre os indicadores considerados. Tais resultados seguem o mesmo comportamento observado para o período de 1992-2001. Pela mobilidade direcional, o único período que caracteriza uma perda média dos rendimentos é 2002-03. A partir de 2003-04, uma tendência oposta e crescente pode ser observada até o ano de 2006, quando este indicador atinge seu valor máximo de 0,0538. A partir deste ano, os ganhos médios individuais sofrem uma redução.

O efeito desempenho ainda que tenha sido mais expressivo em 2002-03, mostra que os fatores conjunturais da economia afetaram a mobilidade de uma forma negativa. A importância do efeito distributivo sobre o efeito econômico é registrada para todo o período. Os anos de 2002 e 2003 registram a maior troca de posição dos indivíduos, com tendência decrescente até o ano de 2006, quando atinge seu menor patamar, voltando a se elevar a partir de então. Este resultado é confirmado pelo movimento de participação.

Os achados a partir dos grupos homogêneos, que retratam a maior importância do efeito distributivo a partir de 2001, vão de encontro aos observados pelos dados individuais. A maior importância deste efeito é reforçada, neste caso, pelo movimento de participação. A seguir são apresentadas as direções de mobilidade (TAB.14) e as distribuições de frequência das matrizes de transição anuais (TAB.15).

<sup>11</sup> Consideram-se brancos (brancos e amarelos) e não brancos (pretos, pardos e indígenas).

Tabela 14 – Mobilidade Ascendente, Imobilidade e Mobilidade Descendente: rendimento-hora do trabalho principal, Brasil, 2002-2009

Ano	Mobilidade Ascendente (%)	Imobilidade (%)	Mobilidade Descendente (%)
2002-03	24.41	45.04	30.55
2003-04	21.77	50.03	28.21
2004-05	21.54	51.99	26.47
2005-06	21.75	53.00	25.25
2006-07	19.89	54.79	25.32
2007-08	20.82	53.58	25.59
2008-09	21.33	52.78	25.89

Fonte: PME, 2002 a 2009

Como pode ser apreendido, na tabela acima, as direções de mobilidade reforçam os demais indicadores. Uma maior imobilidade dos rendimentos é sentida ao longo do tempo, revertendo-se no último período. A imobilidade no período de 2002-03 é de 45%, chegando a atingir 55% em 2006-07. A mobilidade descendente ocorre em maior patamar do que a ascendente para todo o período. Em 2002-03, é registrada uma mobilidade descendente de quase 31% contra 24% para a ascendente. Esta atinge seu menor patamar em 2006, com 20%, com recuperação a partir de então. E, em 2008, passa a registrar 21,33%. Pela distribuição das frequências das matrizes de transição, mostradas abaixo, pode-se notar que o movimento de ascensão é maior para os mais pobres nos primeiros biênios.

Os indicadores gerados pela PME são mais expressivos do que os achados pelos grupos homogêneos. Embora este seja um resultado esperado dado que os indivíduos são acompanhados apenas durante um ano, os indicadores reforçam os resultados obtidos pela PNAD.

Tabela 15 - Distribuição das frequências da matriz de transição: rendimento-hora do trabalho principal, Brasil Metropolitan, 2002-2009

2002-2003							2003-2004						
5º entrevista							5º entrevista						
	1º	2º	3º	4º	5º		1º	2º	3º	4º	5º		
1º entrevista	1º	5.13	2.92	1.58	0.80	0.22	1º entrevista	1º	6.58	3.18	1.46	0.74	0.22
	2º	2.97	5.71	4.15	1.90	0.45		2º	3.24	6.63	4.13	1.62	0.33
	3º	1.58	3.87	8.54	5.11	1.09		3º	1.42	3.76	9.41	4.76	0.93
	4º	0.99	1.92	4.87	11.49	4.84		4º	0.82	1.55	4.89	12.64	3.99
	5º	0.26	0.55	1.24	4.47	23.36		5º	0.23	0.33	0.97	3.91	22.26
2004-2005							2005-2006						
5º entrevista							5º entrevista						
	1º	2º	3º	4º	5º		1º	2º	3º	4º	5º		
1º entrevista	1º	7.12	3.53	1.48	0.65	0.20	1º entrevista	1º	7.13	2.99	1.48	0.66	0.15
	2º	3.05	7.22	3.72	1.47	0.33		2º	3.03	6.99	3.96	1.53	0.25
	3º	1.53	3.78	9.43	4.21	0.71		3º	1.45	3.86	9.43	4.38	0.98
	4º	0.68	1.50	4.36	12.91	3.81		4º	0.70	1.30	4.50	12.87	3.82
	5º	0.16	0.31	0.81	3.94	23.06		5º	0.23	0.29	0.77	4.10	23.16
2006-2007							2007-2008						
5º entrevista							5º entrevista						
	1º	2º	3º	4º	5º		1º	2º	3º	4º	5º		
1º entrevista	1º	7.58	3.09	1.43	0.64	0.15	1º entrevista	1º	7.48	3.29	1.41	0.74	0.22
	2º	3.32	7.41	3.48	1.34	0.33		2º	3.39	7.43	3.49	1.30	0.31
	3º	1.25	4.32	9.51	3.97	0.83		3º	1.54	4.26	9.67	4.00	0.92
	4º	0.65	1.20	4.63	12.71	3.57		4º	0.70	1.34	4.61	12.60	3.65
	5º	0.17	0.31	0.82	4.03	23.24		5º	0.20	0.37	0.89	3.89	22.32
2008-2009													
5º entrevista													
	1º	2º	3º	4º	5º		1º	2º	3º	4º	5º		
1º entrevista	1º	7.48	3.12	1.56	0.72	0.18							
	2º	3.74	7.30	3.70	1.43	0.36							
	3º	1.43	4.58	8.98	3.94	0.78							
	4º	0.74	1.58	4.32	12.30	3.81							
	5º	0.26	0.35	1.06	3.81	22.45							

Fonte: PME, 2002-2009



## 6 - Considerações finais

A utilização de dados *cross section* da PNAD, a partir da formação de grupos homogêneos, possibilitou comparar a mobilidade entre 1993 e 2007, para dois tipos de rendimentos, rendimento-hora do trabalho principal e de todas as fontes. Dado o horizonte temporal extenso, calculou-se o indicador que mostra uma tendência ou não de equalização dos rendimentos. Com ele, pode-se observar a relação entre a mobilidade e a desigualdade de rendimentos. Constatou-se que, embora as transferências apresentem um movimento positivo para a mobilidade, o papel do rendimento-hora do trabalho principal torna-se mais relevante, sobretudo, a partir de 2001, quando é observada no Brasil uma queda da desigualdade de rendimentos. Os indicadores apontam uma maior mobilidade ascendente para aqueles situados na base da pirâmide. Neste sentido, fatores como o aumento do número de postos de trabalho, com conseqüente aumento na taxa de ocupação e declínio da taxa de desemprego, e recuperação do salário mínimo, indicam a maior importância do mercado de trabalho do que as transferências governamentais para o comportamento da mobilidade no período.

A análise da mobilidade em um contexto intra-geracional foi possível com os dados individuais da PME. Os indicadores gerados são mais expressivos do que os obtidos pelos grupos homogêneos. Este é um resultado esperado dado que os indivíduos são acompanhados apenas durante um ano e, neste contexto, uma expressiva mobilidade de curto prazo pode não se sustentar na distribuição de renda. No primeiro período (1992-2002), os indicadores prevalecem sobre os do período atual (2002-2009). Ainda que o movimento de participação e o efeito distributivo apresentem redução ao longo dos dois períodos, eles confirmam uma maior mobilidade ascendente para os mais pobres quando consideradas as matrizes de transição. No contexto intrageracional, para os dois períodos, os indicadores de mobilidade mantêm as mesmas direções. Não são observadas diferenças quanto ao sexo, posição no domicílio e, no período mais recente, entre brancos e não brancos. Um comportamento positivo para a mobilidade é observado para indivíduos com menor nível de escolaridade, nascidos em coortes mais recentes, inseridos no setor informal e com jornada de trabalho integral. E, ainda, uma melhora na distribuição de rendimentos é apontada para os indivíduos residentes nas RM's de Belo Horizonte, Recife e Salvador.

Em suma, este artigo enfatizou fatos estilizados sobre a mobilidade de rendimentos no Brasil por meio de dados *cross section* e longitudinais. Em vista dos resultados encontrados, percebe-se claramente uma relação entre a mobilidade e a queda da desigualdade. A mobilidade contribui para desconcentração de renda e se persistir, pode levar, no longo prazo, a uma maior equalização dos rendimentos.

## 7 - Referências Bibliográficas

BARROS, R.P.; FOGUEL, M.N.; ULYSSEA, G. Sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil. In: BARROS, R.P.; FOGUEL, M.N.; ULYSSEA, G. (Orgs.) **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Brasília: IPEA, v.1, 2006.

BIGARD, A.; GUILLOTIN, Y.; LUCIFORA, C. Earnings mobility: an international comparison of Italy and France. **Review of Income and Wealth**, série 44, n. 4, p.473-495, December 1998.

BUCHINSKY, Moshe; FIELDS, Gary; FOUGÈRE, Denis; KRAMARZ, Francis. **Francs or Ranks? Earnings Mobility in France, 1967-1999**. London: Centre for Economic Policy Research, C.E.P.R. Discussion Papers, n. 3937, June 2003.

CHAKRAVARTY, S.J.; DUTTA, B.; WEYMARK, J.A. Ethical indices of income mobility. **Social Choice and Welfare**, 2, p. 1-21, 1985.

CORSEUIL, C.H.; FOGUEL, M.N. **Uma sugestão de deflatores para rendas obtidas a partir de algumas pesquisas domiciliares do IBGE**, Rio de Janeiro: IPEA, Texto para Discussão n. 897, 2002.

FIELDS, Gary; LEARY, Jesse; OK, Efe. Dollars and Deciles: **Changing Earnings Mobility in the United States, 1970-1995**. Cornell University working paper, 2000.

FIELDS, Gary; OK, Efe. The meaning and measurement of income mobility. **Journal of Economic Theory**. n. 71, p. 349-377, 1996.

FIELDS, Gary. **Does income mobility equalize longer-term incomes? New measures of an old concept**. Paper presented on Frontiers on Social and Economic Mobility Conference. New York: Cornell University, July, 2005.

FINNIE, Ross. Earnings mobility in Canada. **Journal of Income Distribution**, p.77-107, 1997.

GUTIERREZ, F. Dinàmica Salarial y Ocupacional: Anàlisis de Panel para Argentina: 1998-2002, CEDLAS, Universidad nacional de La Plata, **Working Paper n. 11**, 2004.

IBGE. **Série histórica da pesquisa mensal de emprego**. Disponível em <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>

IBGE. **Série histórica da pesquisa nacional por amostra de domicílios**. Disponível em <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>

MACHADO, A. F.; RIBAS, Rafael Perez . Mudanças no Mercado de Trabalho Retiram Famílias da Pobreza? Determinantes Domiciliares e Agregados Para a Saída da Pobreza nas Regiões Metropolitanas do Brasil. **Texto para Discussão IPEA**, Brasília: IPEA, 2008.

NASCIMENTO, Marcos Aurélio; SOUZA, André Portela. **Medidas e determinantes dos rendimentos do trabalho no Brasil**. Encontro Nacional de Economia: Natal. 2005

SHORROCKS, A.F. The measurement of mobility. **Econometrica**, v.46, n. 5, p. 1013-24, 1978.

SOARES, S.; OSORIO, R.G.; SOARES, F.V.; MEDEIROS, M.; ZEPEDA, E. **Conditional cash transfer in Brazil, Chile and México: impacts upon inequality**. Brasília, DF: International Poverty Center, working paper n. 35, April, 2007.

WODON, Q. Income mobility and risk during the business cycle: comparing adjustments in labor market in two Latin American Countries. **Economics of Transition**, 9, p. 449-461, 2001.